

Percepção dos acadêmicos do curso de pedagogia sobre currículo e questões raciais na formação inicial

Perception of pedagogy course students about curriculum and racial issues in initial training

Percepción de académicos del curso de pedagogía sobre el currículo y las cuestiones raciales en la formación inicial

DOI:10.18226/21784612.v29.e024019

Betel Pereira de Castro¹

Eugénia da Luz Silva Foster²

Elivaldo Serrão Custódio³

Resumo: A universidade, como uma importante instituição na formação de professores, tem o papel de articular conhecimentos necessários para o resgate positivo da presença negra na sociedade brasileira. Para tanto, é preciso efetivar práticas e políticas antirracistas nos currículos escolares. Este estudo tem como objetivo principal analisar a percepção dos estudantes sobre currículo e as questões raciais na formação docente do curso de Pedagogia, para o enfrentamento do racismo. A pesquisa se configura em um estudo de caso com enfoque em abordagem qualitativa. A coleta de dados materializa-se na pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a partir de entrevista semiestruturada. Para o tratamento de dados, utilizou-se a Análise do Conteúdo de Bardin (2016) para analisar as percepções dos colaboradores da pesquisa. Os resultados apontaram o fato de que os estudantes percebem a relevância dessa temática na

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Amapá. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnomatemática, Cultura e Relações Étnico-Raciais (GEPECRER) e do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq). E-mail: betelpcastro@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4524904786254943>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9781-4454>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF), com pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua no Mestrado em Educação (PPGED/UNIFAP) e no Doutorado em Educação da Amazônia (EDUCANORTE). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq). E-mail: daluzeugenia6@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4609696110268688>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0807-0789>.

³ Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo/RS, com pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Professor no Mestrado Profissional em Matemática da UNIFAP. Líder e fundador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnomatemática, Cultura e Relações Étnico-Raciais (GEPECRER). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8819683729192070>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>.

formação de professores, uma vez que esse processo pode redimensionar o olhar, por meio de uma consciência crítica e reflexiva do currículo, das práticas pedagógicas e dos processos sobre a formação do pensamento racial brasileiro. Assim, na perspectiva de trazer a lume questões sobre as relações raciais na formação docente, tendo em vista os avanços sobre essa temática no âmbito universitário amapaense, com recorte no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), vislumbrando reflexões e práticas pedagógicas para o enfrentamento ao racismo, é que este estudo visa contribuir, considerando, assim, a importância da educação para as relações raciais na formação de professores para o combate às práticas racistas na educação formal e demais espaços sociais.

Palavras-chave: Educação. Relações Raciais. Currículo. Formação de Professores. Amapá.

Abstract: The University, as an important institution in the training of teachers, has the role of articulating the knowledge necessary for the positive rescue of the black presence in Brazilian society. To this end, it is necessary to implement Anti-Racist practices and policies in school curricula. The main objective of this study is to analyze the students' perception of the curriculum and racial issues in the teacher training of the Pedagogy course, to confront racism. The research is a case study with a focus on a qualitative approach. Data collection is materialized in bibliographic, documentary and field research, and through semi-structured interviews. For data treatment, Bardin's (2016) Content Analysis was used to analyze the perceptions of the research collaborators of the research. The results pointed to the fact that students perceive the relevance of this theme in teacher training, since this process can resize the look, through a critical and reflective awareness of the curriculum, pedagogical practices, and processes on the formation of Brazilian racial thought. Thus, in the perspective of bringing to light issues about race relations in teacher training, in view of the advances on this theme in the university environment of Amapá, with a focus on the Pedagogy course at the Federal University of Amapá (UNIFAP), envisioning reflections and pedagogical practices to confront racism, this study aims to contribute, thus considering, the importance of education for race relations in the training of teachers to combat racist practices in formal education and other social spaces.

Keywords: Education. Race relations. Curriculum. Teacher training. Amapá.

Resumen: La universidad, como institución importante en la formación de docentes, tiene el papel de articular los conocimientos necesarios para el rescate positivo de la presencia negra en la sociedad brasileña. Para ello, es necesario aplicar prácticas y políticas antirracistas en los planes de estudio escolares. El objetivo principal de este estudio es analizar la

percepción de los estudiantes sobre el currículo y las cuestiones raciales en la formación docente de la carrera de Pedagogía, para enfrentar el racismo. La investigación es un estudio de caso con un enfoque cualitativo. La recolección de datos se materializa en investigaciones bibliográficas, documentales y de campo, y a través de entrevistas semiestructuradas. Para el tratamiento de los datos se utilizó el Análisis de Contenido de Bardin (2016) para analizar las percepciones de los colaboradores de la investigación. Los resultados apuntaron a que los Estudiantes perciben la relevancia de este tema en la formación docente, ya que este proceso puede redimensionar la mirada, a través de una conciencia crítica y reflexiva del currículo, de las prácticas pedagógicas y de los procesos de formación del pensamiento racial brasileño. Así, en la perspectiva de visibilizar cuestiones sobre las relaciones raciales en la formación docente, en vista de los avances sobre este tema en el ámbito universitario de Amapá, con foco en el curso de Pedagogía en la Universidad Federal de Amapá (UNIFAP), visualizando reflexiones y prácticas pedagógicas para enfrentar el racismo, este estudio pretende contribuir, considerando, así, la importancia de la educación para las relaciones raciales en la formación de maestros para combatir las prácticas racistas en la educación formal y otros espacios sociales.

Palabras clave: Educación. Relaciones Raciales. Currículo. Formación Docente. Amapá.

Introdução

Abordar a questão racial negra no contexto acadêmico e em outros espaços da sociedade brasileira, não é algo simples, uma vez que determinadas teorias e ideologias buscam subverter direitos, culturas, linguagens, modos de vida de um povo que foi retirado de seu lugar de origem, para a servidão em um país desconhecido, chamado Brasil. Desse modo, considera-se relevante o desvelamento e a desestruturação de teorias que provocaram o surgimento de um racismo sistêmico e perverso que marginaliza os sujeitos e põe à prova as relações entre os pares.

Nesse caso, ressalta-se que a educação para as relações étnico-raciais tem sido discutida nos debates sobre a formação docente do Brasil, no século XXI. No entanto, infere-se que o curso de Pedagogia, especificamente, o da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), não proporciona ainda elementos suficientes para a desestruturação e superação de práticas racistas. Os reflexos desse processo são evidenciados nos currículos escolares, em um viés pautado no eurocentrismo, no qual a cultura e a identidade dos

povos africanos e indígenas e sua importância na história brasileira são invisibilizados e/ou subalternizados.

Pensar a educação para as relações raciais nos currículos escolares, debates, discussões e, sobretudo, na formação inicial de professores é um passo importante e necessário no processo de superação da discriminação racial e do racismo, visto que esse movimento, desde a educação infantil até a universidade, pode redimensionar olhares, pensamentos e práticas. Pois, embora a formação de professores no curso de Pedagogia não seja considerada o único espaço de formação docente, ela ocupa o lugar central no movimento de provocar reflexões sobre conhecimentos, construções e reconstruções desembocando em uma nova forma de ver o mundo (Coelho; Coelho, 2013).

Assim, o presente estudo pauta-se na tentativa de alcançar respostas que evidenciem a importância dos debates, reflexões e práticas antirracistas, analisando, dessa forma, a percepção dos estudantes sobre currículo e questões raciais na formação docente do curso de Pedagogia, para o enfrentamento do racismo. A síntese contendo os dados bibliográficos, documentais e empíricos revelados pela pesquisa estão apresentados em única seção, além da introdução, metodologia e considerações finais.

Caminho metodológico da pesquisa

Esta pesquisa delineou-se sob os aspectos do estudo de caso com enfoque na abordagem qualitativa em uma perspectiva interpretativa dos dados coletados, dos discursos e das informações contidas nos documentos e entrevistas realizadas (Yin, 2001; Minayo, 2009). Para a coleta de dados, utilizaram-se como instrumentos a pesquisa bibliográfica, documental, de campo e entrevista semiestruturada. A presente pesquisa teve como *locus* a UNIFAP, situada na cidade de Macapá, Amapá, com enfoque em 3 (três) turmas (2017, 2018 e 2019) dos cursos de Pedagogia, a partir do 3º (terceiro) ano de curso, tendo em vista que as discussões e reflexões sobre a temática racial nas disciplinas deverão estar avançadas, se comparadas ao 1º (primeiro) ano de curso.

O critério de escolha dos participantes desta pesquisa relaciona-se ao fato de esses acadêmicos estarem em um curso de formação inicial de professores, isto é, os estudantes estão sendo

preparados para atuarem, principalmente, nas primeiras séries da Educação Básica, período em que se inicia de forma mais sistematizada o processo de ensino/aprendizagem. Inicialmente, foram selecionados 15 alunos, o que corresponde a 5 participantes de cada turma, contudo, apenas 8 se dispuseram a colaborar com esta pesquisa. Ressalta-se que esses universitários, por estarem próximos de finalizar o curso ou já terem finalizado no caso de alguns, possivelmente têm uma noção mais explícita da questão racial, já que esse assunto deve ter sido abordado em disciplina do curso de Pedagogia.

A Análise do Conteúdo, sob a luz de Bardin (2016), foi o método utilizado para analisar os dados da pesquisa, tanto no que diz respeito aos elementos documentais quanto para analisar as percepções dos acadêmicos sobre o currículo e a educação das relações raciais no curso de formação de professores da UNIFAP.

Resultados e discussão

Esta pesquisa foi organizada sob a perspectiva de três categorias de análises no que se refere à entrevista⁴, com um grupo de estudantes e egressos que colaboraram com o estudo, a saber: 1) a educação das relações raciais e o conhecimento da Lei 10.639/2003 e de sua alteração pela Lei 11.645/2008⁵; 2) a organização curricular e o discurso racial que permeia a prática docente; e 3) as ações e estratégias para o enfrentamento e o combate ao racismo e a efetivação da educação das relações raciais no curso de Pedagogia.

Esse processo se fez necessário para a melhor compreensão das percepções dos/as entrevistados/as em um campo mais específico da questão racial. Desse modo, foram selecionados os colaboradores desta pesquisa⁶, citados anteriormente, com o intuito de averiguar o que pensam e como a questão da educação para as relações raciais é percebida no curso de formação de professores.

⁴ As referidas entrevistas se deram com dia e horário marcados pelos interlocutores, algumas foram presenciais, e outras on-line, via Google Meet.

⁵ Tanto a Lei 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade de inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” quanto a Lei 11.645/2008 que instituiu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo da Educação Básica, alteraram a Lei 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

⁶ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer de nº 5.654.264, em 20 de setembro de 2022.

Antes de tudo, para que o leitor possa relacionar de forma mais assertiva as percepções no que dizem respeito ao interlocutor, traçou-se o perfil dos/as entrevistados/as. Veja-o no quadro abaixo:

Quadro 1 – Perfil dos/as entrevistados/as

| Entrevistados/as – E | Idade | Cor/etnia | Gênero | Turmas |
|----------------------|---------|-----------|-----------|---------------------|
| E1 | 27 anos | Preta | Feminino | 2017 (Egresso) |
| E2 | 27 anos | Branca | Feminino | 2019 (Acadêmico) |
| E3 | 28 anos | Parda | Feminino | 2018 (Acadêmico) |
| E4 | 26 anos | Parda | Masculino | 2017 (Egresso) |
| E5 | 37 anos | Parda | Feminino | 2018 (Acadêmico) |
| E6 | 26 anos | Branca | Feminino | 2017 (Egresso) |
| E7 | 31 anos | Branca | Feminino | 2019 (Acadêmico) |
| E8 | 31 anos | Branca | Feminino | 2019 (Acadêmico) |

Fonte: pesquisa de campo (2022).

As percepções dos/as entrevistados/as foram organizadas conforme as categorias de análises. Parte-se, então, da primeira categoria referente à questão da educação das relações raciais e o conhecimento da Lei 10.639/2003. Assim sendo, os/as entrevistados/as apontaram o quanto conhecem a referida Lei, se há/houve discussões sobre ela em sala de aula e como se dá/deu esse debate, conforme se observa nas falas:

Sobre a lei 10.639 de 2003, é uma conquista, especialmente para os negros e afrodescendentes. Porque é uma lei que vai amparar a história, todo um processo histórico, cultural do afrodescendente dentro dos espaços escolares [...]. Sim, há, discussões sobre a questão racial sim, e quando se fala a questão racial, também engloba a questão indígena, não especificamente, só o negro, mas também temos debate sobre a questão indígena. [...] E [...] como que se debate se dá? Dá-se, através de textos né [...] vários textos, referências

teóricas que abordam uma desmistificação sobre [...]. uma desconstrução né? Sobre essa questão do que enxerga o negro, o indígena, como com aspecto pejorativo, com caricaturas, então o nosso debate vem como uma desconstrução dessa caracterização pejorativa que foi construído em um processo histórico (E3, acadêmica da turma de 2018).

Eu conheço superficialmente a lei, não a conheço ela de forma mais abrangente, de forma mais [...] é [...] apropriada. Ela foi apresentada para a gente dentro de sala de aula, em uma disciplina. Ela não foi devidamente discutida, não foi. É não foi levantado um debate em torno dessa lei. Ela Foi apresentada apenas como: qual é o seu objetivo, ou o que ela rege? E... mas não teve uma discussão é [...] de forma mais aprofundada [...] (E4, egresso da turma de 2017).

Os/as entrevistados/as evidenciaram que conhecem a Lei 10.639/2003, por meio do curso de Pedagogia, em disciplina específica. Desse modo, mesmo que sem contato com a lei anteriormente, e a despeito do E4 assinalar que ela não foi adequadamente debatida, pôde-se perceber o entendimento dos interlocutores, no que diz respeito à relevância desse documento no curso de formação de professores, e os impactos positivos que ela pode causar tanto no futuro professor quanto nos alunos da Educação Básica. Entende-se que reconhecer a relevância dessa discussão em sala de aula é um dos passos para que a abordagem da temática racial provoque rupturas nos processos “tradicionais” de formação de professores.

No que tange a Lei 10.639/2003, esta alterou a LDB (Lei 9.394/1996) tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. Essa conquista, reivindicada pelo Movimento Negro do Brasil, provocou rupturas na educação escolar, uma vez que quebrou um padrão eurocêntrico e colonial dos currículos escolares e universitários, reconhecendo a necessidade de a escola sanar as lacunas referentes ao estudo da questão racial, à valorização da cultura e história dos povos africanos e afro-brasileiros e à questão indígena, incluída posteriormente pela Lei 11.645/2008, bem como de evidenciar e combater processos discriminatórios e práticas racistas no espaço escolar e fora dele.

Mais de 20 anos depois da instituição da Lei 10.639/2003, observa-se que uma série de processos e diretrizes foi desencadeada

em virtude dela. Além disso, as escolas possuem respaldo para o estudo da questão racial, e isso indica um importante avanço nesse debate em sala de aula, sem contar a diversidade de obras publicadas com temas étnico-raciais que têm crescido nesses últimos 20 anos. Entretanto, a despeito de ter avançado o tratamento sobre a questão racial nos currículos escolares, tem um longo caminho a ser percorrido, a começar pela consciência de que é preciso romper com os processos que invisibilizam a discussão da temática racial e com as práticas discriminatórias que ainda resistem nos espaços educacionais.

Em relação às falas das E3 e E4, estas enfatizaram a importância da desmistificação e desconstrução do ensino escolar brasileiro ser baseado na cultura branca europeia, cujo processo apresenta/apresentava o negro no Brasil, como inferior, subalterno etc. Sobre esse aspecto, Corenza (2018, p. 125) alerta que um dos objetivos da Lei 10.639/03 é “abordar questões relevantes como debates a respeito da história do povo afro-brasileiro e africano”. É possível afirmar que as falas dos/as entrevistados/as mostram que os debates em sala de aula a respeito do documento citado anteriormente trouxeram aprendizagens relevantes sobre a questão racial para suas formações como futuros educadores, tendo em conta que é preciso formar o professor “capaz de questionar as diferenças [...] da sociedade, de problematizar visões de mundo, de participar da construção de políticas educacionais que contribuam para uma educação da diversidade” (Caprini; Deorce, 2018, p. 14).

Questionados sobre a questão da discriminação no curso de Pedagogia ou na universidade, a maioria dos/as entrevistados/as foi unânime em afirmar que não sofreram racismo e/ou discriminação. No entanto, houve quem garantisse ter sofrido racismo de uma forma um tanto velada, em tom de “brincadeira”:

Eu, assim, de forma velada [...] eu não me senti ofendido, assim, de forma preconceituosa, mas houve um caso, por exemplo, de um determinado professor que hoje ele não está mais no curso de Pedagogia, que ele, por exemplo, associava o meu nome, eu não sei se por causa [...] do meu tom de pele também, mas ele associava o meu nome, à maconha, por exemplo [...]. Em determinados momentos em sala de aula, [...] ele me chamava de maconheiro [...] e eu me sentia constrangido, mas também, eu não chegava a reclamar né [...] eu levava na brincadeira, mas lá dentro, assim, eu

ficava com essa inquietação, dele associar [...] o meu nome [...] esse foi o único caso que me ocorreu, mas sim, mas de forma mais velada, eu não cheguei a presenciar comigo, né [...] nesse sentido, mais explícita (E4, egresso da turma de 2017).

Não, eu nunca sofri é [...] discriminação, é [...] ou racismo na universidade né, e eu também nunca presenciei um caso na universidade próximo a mim né, e com certeza se eu tivesse visto, eu teria como diz, feito barulho, porque é uma coisa totalmente desnecessária e inadmissível, principalmente dentro de uma universidade (E2, acadêmica da turma de 2019).

Nenhum dos entrevistados seja branco, pardo ou preto afirmou ter sofrido discriminação, exceto o E4. Contudo, vale lembrar que boa parte dos estudantes afirmou ter presenciado práticas racistas na universidade. Isso corrobora outros relatos dos entrevistados, quando admitiram, no momento da entrevista, que ouviam falar de casos e histórias de preconceito, racismo ou discriminação na instituição e, às vezes, no próprio curso de formação de professores.

Em relação ao E4, o fato do nome ser associado a pessoas dependentes químicas, lembra-nos de que “[...] não se deve deixar de observar que ainda há enraizados em nossa cultura e nossas formas de pensar conceitos preestabelecidos e depreciativos com relação à cor da pele escura” (Domingues; Asinelli-Luz, 2021, p. 158). Cabe recordar que o processo do colonialismo e da hierarquização no Brasil impactou negativamente as relações raciais e sociais, que desembocou em tensionamentos e conflitos vivenciados pela população negra nos séculos passados, mas que ele continua a respingar nas relações de hoje, visto que “o processo de descolonização das mentes e das práticas como ação de combate ao racismo nas sociedades é tenso e conflituoso. A educação talvez seja o espaço em que essa tensão é mais visível” (Gomes, 2021, p. 436).

A segunda categoria de análise é abordada aqui, por meio de questionamentos sobre a organização curricular, bem como sobre o discurso racial que permeia a prática docente. Desse modo, os sujeitos foram questionados sobre as DCNERER⁷ no currículo do curso de Pedagogia e também em relação à maneira que a educação étnico-racial é vista pelos alunos e professores do curso:

⁷ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Eu vejo que ainda tem [...] certa rejeição, né, da parte curricular mesmo [...]. A gente sempre teve esse debate como uma coisa muito importante, mas a gente não vê essa importância, é dada na questão curricular das disciplinas de outros professores, então seria uma coisa a se pensar, de se inserir essa temática dentro de outras disciplinas. A gente percebe, assim, que às vezes, o professor ele tem certo medo ou receio de falar, por também não ter [...] propriedade sobre o assunto, é, então a gente deveria é [...] não só capacitar o aluno pra falar sobre isso né, sobre esse tema, mas também o professor na sala de aula (E2, acadêmica da turma de 2019).

A professora Piedade na disciplina de Teoria e Prática no ensino de Artes fez a mesma coisa com a gente, ela trouxe pessoas de fora, ela trouxe amigas, colegas lá do Marabaixo⁸, para contar a história do Marabaixo [...]. Eles nos incentivam a refletir sobre o assunto, a fazer nossas próprias pesquisas e a desenvolver os nossos próprios projetos. Eu vejo que há um treinamento, mesmo pra quando formos pra a sala de aula. [...]. Infelizmente, nem todo o curso, nem todos os acadêmicos, se abrem [...] para essa mudança de visão, para esse aprofundamento, mas pra minha formação acadêmica foi muito importante (E6, egressa da turma de 2017).

Entende-se, a partir das percepções dos entrevistados, que há certo receio dos professores de outras disciplinas em abordar a questão racial, talvez por não se sentirem capacitados ou por simplesmente não darem a devida e necessária importância à temática. A educação das relações raciais, para alguns dos participantes, ainda não faz parte do currículo de Pedagogia de forma integral, e esse processo fica limitado à disciplina específica. No entanto, os estudantes e egressos entendem que é preciso ampliar a inclusão e discussões da temática racial para outras disciplinas, bem como para os estágios e práticas pedagógicas. Além disso, analisam que é necessário que a capacitação para as relações étnico-raciais estenda-se não somente aos alunos da Educação Básica, mas principalmente, à formação de professores, levando em conta a relevância em “[...] dimensionar o modo pelo qual o desenho pensado para a formação inicial promove saberes docentes

⁸ O Marabaixo é uma forma de expressão elaborada pelas comunidades negras do estado do Amapá, manifestada especialmente por meio da dança e das cantigas denominadas ladrão, espécie de poesia oral musicada a partir dos toques das caixas, instrumentos de percussão produzidos pelos próprios tocadores (IPHAN, 2018, p. 6).

que capacitem o professor para o enfrentamento do racismo e de seus desdobramentos” (Coelho; Coelho, 2021, p. 3).

A despeito dos apontamentos ilustrados acima, o depoimento da E6 atesta que a questão racial é tratada, sim, em outras disciplinas, mesmo que não seja de maneira mais aprofundada ou de modo transversal, o estudo da temática não é desconsiderado por completo. Alguns professores se atentam ao fato de trazer essa discussão à sala de aula, por entenderem que esse aspecto é tão relevante à formação de educadores quanto os demais conhecimentos inerentes a esse processo. Entretanto, a entrevistada tem ciência que nem todos estão dispostos a conhecer, contribuir e compartilhar os saberes étnico-raciais. Sob esse prisma, Castro, Custódio e Foster (2022, p. 115) analisam que “o maior desafio na atualidade no que tange à educação para as relações étnico-raciais, não apenas no ensino superior, mas em todos os níveis, é a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e racismo nos campos formais de educação”.

É importante frisar que as discussões étnico-raciais no curso de Pedagogia são fundamentais, tendo em vista a necessidade de se formar pedagogos capacitados para a abordarem a diversidade que se encontra imbuída em seu trabalho docente. Trabalho este que precisa ser realizado a partir do primeiro semestre do curso, considerando que o professor-pedagogo irá atuar tanto nas séries iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, é preciso fomentar, fortalecer e aperfeiçoar, dentre outros, a capacidade acadêmica e profissional dos educadores que formam para atuação docente (Brasil, 2001).

É nessa direção, que a Educação para as Relações Étnico-Raciais contribui para a ressignificação histórica, social, política, e cultural reconstruindo identidades subalternizadas, e produzindo conhecimentos e reflexões que ampliam a visão sobre os processos que formaram o pensamento racial brasileiro (Castro; Custódio; Foster, 2024, p. 164).

Certamente, o estudo da questão racial no curso de Pedagogia fará com que os futuros educadores tenham base teórica e empírica na atuação em sala de aula e fora dela, podendo ainda, provocar mudanças no fazer pedagógico de professores e futuros pedagogos e no enfrentamento de práticas racistas.

Assim, questionados sobre o modo que a questão das relações raciais deve ser tratada no curso de Pedagogia e na universidade, foi apontado o seguinte:

[...] as feiras, por exemplo, ontem não, terça-feira, teve lá, no anfiteatro é [...] acho que é palestra, conferência é[...] Afrocientista e teve lá no anfiteatro, terça-feira agora, a mesa de abertura foi às 14h00min [...]. Assim, foi maravilhoso, o resultado do projeto que foi feito. Pois é, se tivesse mais essa possibilidade é, de não só ter a disciplina em si, né, mas poder fazer essa alternância de aula, e vivência de prática sabe? Que a maioria das disciplinas, elas [...] é importante sim ter a teoria, porque tem muita teoria, sabe? [...]. É [...] então, eu acredito que só a sala de aula é impossível a gente ter essa construção, é desmistificar esses pensamentos, sabe? Porque é muito utopia, a gente precisa mais é ir pra prática, né? Meu ponto de vista nessa questão (E8, acadêmica da turma de 2019).

As percepções da E8 sobre como poderia se desenvolver a temática racial no curso e na universidade, de forma geral, apontam para a necessidade de um remodelamento do currículo e das práticas pedagógicas no que tange à teoria e prática dos conteúdos étnico-raciais. Sobre esse aspecto, Corenza (2018, p. 140) considera que “o currículo é um instrumento que cria toda uma gama de possibilidades, de modo que é elemento imprescindível para compreender o que costumamos chamar de prática pedagógica”. A entrevistada avalia que a teoria no curso de Pedagogia é relevante, mas predominante, e que esse processo pode ser revisto alternando entre uma e outra (teoria e prática), pois a junção da teoria com a prática dá um novo entendimento, visto que a unidade entre ambas abre possibilidades de avanços para a melhoria de formação de professores (Pimenta, 1995).

Na visão da E8, esse movimento de ir a campo, ou seja, a união de teoria e prática, favorece o ensino e aprendizagem da educação das relações raciais, uma vez que os futuros professores irão adquirir experiências, vivências e conhecimentos que podem auxiliar em suas práticas como educadores, “por isso, o planejamento docente e o desenvolvimento de suas práticas são elementos relevantes e que vão determinar o que [e como] é ensinado nas escolas e universidades” (Ferreira, 2018, p. 68).

Acerca da terceira e última categoria de análise desta pesquisa, tem-se as percepções dos entrevistados sobre as ações e estratégias que buscam o enfrentamento e o combate ao racismo, bem como a efetivação da educação das relações raciais no curso de Pedagogia. Buscou-se, então, evidenciar as declarações e/ou depoimentos dos participantes sobre como os professores incorporam a questão racial em sua metodologia de ensino, visando ao enfrentamento das práticas racistas, e se eles reconhecem a importância da cultura negra e indígena no referido curso.

[...] não são todos os professores que trabalham nessa temática [...] não são todos que estão dispostos a fazer essa interdisciplinaridade [...]. Dá para trabalhar a questão racial na disciplina de Teoria e Prática de Língua Portuguesa, de Literatura Infanto-Juvenil, dá para trazer isso pra para outras disciplinas também, como de Estágio, como de Prática Pedagógica de, por exemplo, sete práticas pedagógicas que nós tivemos apenas uma delas, nós tivemos um momento que trabalhou justamente focado nessa questão racial. [...] Então eu acredito que bem poucos professores se preocupam com a difusão dessa discussão, com debates em trazer pra sala de aula, e fica limitada a uma disciplina [...] (E4, egresso da turma de 2017).

Bem, é [...] poucos professores fazem essa integração da importância das relações étnico-raciais, dessa disciplina. Tirando a disciplina de Educação e Relações Étnico-Raciais, [...] os professores, eles trabalham assim, é mais focado, para as suas disciplinas, para os seus campos de conhecimento, mas quando se pegam em situações que vêm à necessidade de expressar essa questão do combate ao racismo, [...] de conscientização, eles demonstram, abertos às discussões, né [...] (E7, acadêmica da turma de 2019).

No decorrer da entrevista, alguns interlocutores apontaram que a maioria dos professores das disciplinas que não tratam especificamente da questão racial não dá a devida importância a essa temática, a não ser quando acontece algum caso de racismo que se torna notícia nas mídias televisivas, noticiários, internet etc. Esse aspecto é ratificado por outros entrevistados, quando mencionado que alguns professores não discutem muito a questão racial em sala de aula. Em tal caso, procuram trazer à tona a questão racial, mas, de forma superficial, sem muito aprofundamento, e acabam por frustrar os alunos que esperam aprender mais sobre as relações raciais no Brasil.

É uma situação a ser debatida, visto que o Projeto Pedagógico do Curso é o documento oficial onde ficam registradas as ementas que compõem o currículo. Essas ementas comportam conteúdos que devem ser desenvolvidos pelos professores nas mais diversas disciplinas (Corenza, 2018, p. 124).

Ainda que as discussões e debates em outras disciplinas não aconteçam, ou aconteçam de maneira superficial, os entrevistados ressaltaram que os professores consideram relevante trabalhar a questão da cultura negra e indígena no curso e em outras licenciaturas. Outro ponto a ser ressaltado sobre as percepções dos entrevistados é a questão de alguns estarem atentos às disciplinas que podem trabalhar a questão racial no curso. Um dos interlocutores (E4), nos relatos acima, indica a disciplina de Teoria e Prática de Língua Portuguesa e de Literatura Infante-Juvenil, aponta também os estágios e as práticas pedagógicas e menciona, com certa frustração, o fato de ter passado por 07 (sete) práticas pedagógicas e somente em uma delas a temática racial ter sido abordada.

Gomes (2021, p. 438) analisa esse processo questionando se “os currículos da escola básica e da universidade, nesse século XXI, têm avançado na inclusão do antirracismo como princípio pedagógico e político das suas bases teóricas, das práticas e da gestão”. E no que concerne ao estágio, este é um momento relevante no curso de formação de professores, pois é aí que as teorias serão colocadas em prática. Para Pimenta (1995, p. 59), “o estágio (ou a prática de ensino) [é considerada necessária] como elemento formador. Tanto que sempre esteve presente com denominações variadas nos currículos dos cursos”. Esse aspecto dos cursos de licenciaturas necessita ser mais estruturado e aplicado, abrangendo a questão étnico-racial, tendo em conta que é parte importante do processo de formação de professores.

Certamente, o apontamento das lacunas no curso de Pedagogia da UNIFAP, por parte dos estudantes e egressos, demonstra que os entrevistados reconhecem, de fato, a importância de tratar a educação das relações raciais de maneira integral e não apenas em parte do currículo. No entanto, esse reconhecimento em nada acrescenta se os educadores em formação não estiverem dispostos a se posicionarem contra os processos que buscam manter o currículo eurocêntrico (Gomes, 2021).

Retomando as falas dos interlocutores, destaca-se um ponto importante em relação ao fato de estudantes e egressos perceberem o estudo das relações raciais com outro olhar:

[...] ela é bastante discutida, a gente observa que alguns anos atrás, essa discussão, realmente, ela não tinha chegado aqui, por exemplo, em 2009, 2008 ou no ano anterior a 2013, 2012, acredito, eu, [...] não ouvia ninguém falar, agora, o que a gente mais ouve são pessoas discutindo, nós percebemos é palestras, vários cursos palestrando sobre essa temática, professores que são trazidos de fora nos seminários pra cá, então, é uma discussão que está, muito em evidência, e realmente veio com força dentro da universidade [...] (E3, acadêmica da turma de 2018).

Já o depoimento do E4 aponta para as dificuldades em tratar a questão racial no curso e faz críticas contundentes em relação às práticas pedagógicas dos/as professores/as:

A temática ela é muito rica, e nas poucas vezes que os professores trouxeram para sala de aula, os alunos se interessaram [...], por exemplo, vamos trazer um grupo de Marabaixo, [...] um grupo de batuque, [...] músicas, [...] instrumentos, vamos transformar a aula em algo cultural, por exemplo, mas isso se limita ao professor é incentivar, senão os alunos não se interessam em sua grande maioria [...]. Então, eu acredito que muitos professores eles cumprem apenas aquilo que está no seu plano, por exemplo, é um plano que já está ali há 20 anos. Tem professor, que nós vamos pegar o trabalho... e se nós compararmos com turmas bem anteriores, é o mesmo texto, é a mesma atividade, às vezes, ele não se preocupou em mudar nem uma palavra, é a mesma coisa. Então, o professor, ele fica na [...] zona de conforto dele, não se propõe a trazer algo voltado para a temática, não porque tenha resistência, mas porque ele está ali, na sua zona de conforto, e ele não, não quer mudar [...] (E4, egresso da turma de 2017).

No que se refere às críticas do E4, a resistência se dá em relação ao modo rotineiro do professor em trabalhar, isto é, o professor não busca sair da sua zona de conforto, como apontou o egresso, e com isso, os alunos também permanecem na inércia. Embora haja vontade de realizar algo novo, os estudantes não colocam em prática suas ideias, por julgarem não ter apoio do docente. Isso implica dizer que esse processo torna-se “perigoso” na formação de professores, levando em conta que o curso de Pedagogia é a “ponta da lança” da prática de formar educadores para o ensino basilar da

educação brasileira. Assim, se não houver disposição e vontade para fazer mudanças, as aulas tornam-se enfadonhas, e os conhecimentos relevantes ao processo deixam de ser interessantes.

Entretanto, é preciso enfatizar que, na percepção do E4, os alunos estão abertos a mudanças, a fazer algo a mais, quando são realmente estimulados pelos professores. Contudo, a questão que se coloca é que estão dispostos a mudar, mas não sair da inércia. E quando se trata da questão racial, especificamente, Gomes (2021, p. 446) alerta que “precisamos superar a postura de ‘indignados, porém, imóveis’ frente ao racismo na sociedade, na Educação Básica e no Ensino Superior”. É necessário, então, ultrapassar a barreira da inércia em que muitos se encontram e se desejar uma educação inclusiva, diversa, heterogênea e plural, pois, se não for assim, “que dimensões são essenciais na formação de professores para que nossos cursos possam religar os saberes produzidos socialmente, na perspectiva de uma ação pedagógica ética, plural e autônoma?” (Custódio; Foster, 2021, p. 198).

Quanto à existência de um trabalho efetivo em coletividade para o combate ao racismo e o modo que se dá esse processo no espaço acadêmico, alguns entrevistados afirmaram não haver ou não ter certeza se existem grupos que tratam especificamente sobre a temática racial na universidade. Contudo, os demais interlocutores apontaram a existência do PET⁹, do NEAB¹⁰ e do grupo UTOPIA NEGRA¹¹, além do fato de relatarem sobre o engajamento de professores do curso, na questão da disseminação dos conhecimentos sobre a questão racial negra e da luta contra o racismo na instituição:

⁹ Programa de Educação Tutorial.

¹⁰ Núcleo de Estudos Afro-brasileiros.

¹¹ O Coletivo Utopia Negra tem como objetivo promover um debate sobre a política amapaense a partir de uma perspectiva negra. Ou seja, como se pode pensar uma política local que leve em consideração história, relevância, potência e criatividade da população negra amapaense nas suas diversas manifestações. Assim, pensar uma filosofia política e prática preta amapaense que problematize questões como: violência policial, desigualdade racial/social, pouca representatividade nas instituições de poder local, analisar e pensar a branquitude amapaense. Tem-se encarceramento em massa e evasão escolar em todos os níveis que atingem os jovens negros, a segurança alimentar nas áreas de pontes, a desigualdade e a violência contra as mulheres negras amapaenses, assim como os desafios e as problemáticas que envolvem a vida das pessoas pretas LGBTQIA+. Além disso, promover a estética negra amapaense, intelectualidade, artes, músicas e o saber tradicional negro. Fonte: <https://www.utopianegra.com>.

Às vezes era um professor, às vezes era outro, é... Eu acredito que eram alunos de outros [...] de Pós-Graduação, não, não sei informar isso, né? [...]. Era dessa forma, é... a professora compartilhava o material com os alunos e eles debatiam sobre aquilo. Então cada um falava o aquilo... que tinha conseguido raciocinar, criar uma opinião, se aquilo era importante ou não, como aquilo contribuiu. Então, assim, de forma coletiva, eu observei esse projeto, o PET, mas eu não sei falar muito sobre ele, né! [...]. Eu acho que [...] eu observo nas redes sociais da universidade que tem oficinas, que tem palestras sobre, mas eu não sei informar sobre [...]. Se é de algum projeto, se é de alguma pesquisa, entendeu? (E1, egressa da turma de 2017).

A despeito de não participarem de grupos que trabalham especificamente as questões raciais, os interlocutores afirmaram saber de sua importância para a UNIFAP, pois entendem que, por meio de ações como essas, a educação das relações raciais pode alcançar, cada vez mais, os objetivos da educação antirracista e decolonial. Os movimentos, engajamentos e estratégias utilizadas não somente pelos professores da disciplina específica, mas também por educadores de outras disciplinas, como por exemplo, de Filosofia, Artes, Movimentos Sociais etc., contribuem para o processo de inclusão da educação das relações raciais na universidade. Todavia, é preciso considerar que:

Uma educação antirracista não se constitui um trabalho somente voltado aos negros e indígenas, mas que deve ser uma responsabilidade de todos os brasileiros. Da mesma forma, entende-se que a preparação dos professores que atuarão com os conteúdos referentes a essa temática é condição essencial para a ampla disseminação desse debate (Ferreira, 2018, p. 176).

Esse é um desafio que necessita ser enfrentado nas universidades, nas escolas e em outros espaços da educação formal. “Desafio este que precisa imbuir-se de força, em um movimento dinâmico que traga novos sentidos e novos estímulos para a significação do ser professor” (Feldmann; Nascimento, 2021, p. 34). Percebe-se que os futuros professores da escola básica estão conscientes e atentos sobre seu papel como educadores reflexivos, dispostos a realizar mudanças no *status quo* referente à inclusão do ensino de História Africana, Afro-Brasileira e Indígena, e os demais processos que desembocam na questão das relações raciais do Brasil. Isso é um passo importante na busca de uma educação antirracista de fato.

Assim, acerca das análises aqui apresentadas sobre as percepções dos estudantes e egressos do curso de Pedagogia, por meio das entrevistas, foi possível observar que a educação das relações raciais ainda é um processo que se dá a passos lentos na UNIFAP. Diversos entraves foram apontados no processo de abordagem da temática racial no curso e na universidade. Um deles diz respeito à necessidade de tratar as questões raciais desde o início do curso e também de o tratamento se estender as outras disciplinas. Os interlocutores reconhecem que é preciso preparar de forma adequada os novos professores, e a universidade precisa incentivar a realização de oficinas, congressos, seminários, cursos etc. voltados para a temática, de modo que a questão racial seja (re) conhecida e questões inerentes a esse processo sejam esclarecidas.

A despeito das percepções dos entrevistados mostrarem em um pequeno recorte que a realidade do curso de Pedagogia sobre a inclusão e tratamento da educação das relações raciais ainda não ser a ideal, pode-se notar mudanças em curso (Gomes, 2021), uma vez que o processo de abordagem da temática racial pode ser contemplado, mesmo que de forma interdisciplinar e/ou de forma esporádica, como alguns entrevistados apontaram em outras disciplinas do curso. Certamente, o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá, ainda tem um longo caminho pela frente, no processo de ampliação dos debates das relações raciais, porém, faz-se necessário ressaltar, que os pequenos avanços no decorrer da última década, demonstram que a UNIFAP não se omitiu no processo de inclusão da temática racial em seus currículos, projetos, seminários, disciplinas, e outros modos de construir novos olhares à questão racial negra.

Considerações finais

Constatou-se durante a pesquisa que os colaboradores têm ciência da relevância da questão racial no curso de formação, por entenderem que é preciso desarticular os processos que tentam perpetuar uma educação monocultural, eurocêntrica e hierárquica, a partir dos currículos e das práticas pedagógicas rígidas e inflexíveis quanto à diversidade étnico-racial. Esse processo de uma consciência crítica e reflexiva no trato da temática racial abre

um leque de possibilidades na difusão de ações antirracistas nesses espaços.

Assim, os resultados encontrados nos dados obtidos por meio das análises da entrevista revelam que a educação das relações raciais não constitui prioridade por parte de alguns educadores. Verificou-se, nessa direção, que a temática é trabalhada de forma mais contundente em disciplina específica, resultando em uma lacuna no processo de implementação da Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008.

No entanto, cabe lembrar que alguns docentes abordam a temática em suas disciplinas de maneira interdisciplinar, como, por exemplo, Teoria e Prática de Artes, Movimentos Sociais, Filosofia e Prática Pedagógica, compreendendo, dessa forma, a relevância desse processo na formação de professores.

Cabe ressaltar, ainda, os esforços que os/as professores/as da disciplina de Educação e Relações Étnico-Raciais imprimem na concretização dos debates e das discussões no curso de Pedagogia, para a emancipação de docentes em formação, contribuindo para uma educação que certamente redimensionou/redimensionará o olhar, por meio de uma consciência crítica e reflexiva na constituição de uma educação decolonial e antirracista de fato.

Para tal, faz-se necessário que o professor em formação busque um ensino que potencialize suas capacidades, estabelecendo estruturas de superação dos movimentos que priorizam certos conhecimentos e invisibilizam os demais nos currículos da educação do Brasil. É importante, também, a busca por ações que combatam atos discriminatórios e práticas racistas que ainda permeiam o cenário escolar. Contudo, é preciso que as instituições de ensino considerem o resgate histórico das culturas africanas e afro-brasileiras em seus currículos e promovam uma educação antirracista que coadune com princípios éticos de democracia e igualdade racial, reconhecendo a identidade negra como parte fundamental na construção social, histórica, econômica e cultural do Brasil.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Parecer CNE/CP nº 009/2001*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de Graduação Plena. Brasília, DF: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 8 maio 2001.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. *Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Departamento de Patrimônio Imaterial. Coordenação-Geral de Identificação e Registro. Coordenação de Registro. *Dossiê histórico*: Marabaixo. Brasília, DF: Ministério da Cultura, IPHAN, ago. 2018.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim; DEORCE, Mariluz Sartório. Formação de professores e prática de ensino: diálogos a partir da perspectiva multicultural crítica. *In*: BECALLI, Fernanda Zanetti; CAPRINI, Aldieris Braz Amorim (org.). *Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões*. Vitória, ES: Edifes, 2018.

CASTRO, Betel Pereira de; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; FOSTER, Eugénia da Luz Silva. Reflexões sobre o racismo e antirracismo no ensino superior sob a perspectiva decolonial. *Poiésis*, Tubarão/SC, v. 16, n. 30, p. 504-523, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/12524/12196>. Acesso em: 09 jan. 2023.

CASTRO, Betel Pereira de; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; FOSTER, Eugénia da Luz Silva. Educação das Relações Étnico-Raciais no cotidiano de uma escola municipal em Macapá/AP. *Kiri-keré: Pesquisa em Ensino*, Espírito Santo, v. 1, n. 19, p. 160-184, ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/43743/30862>. Acesso em: 1º set. 2024.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro César. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/t4drGjZZj4dpxV7nqK4JBp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2021.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro César. Educação para as relações étnico-raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores! *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e77098, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77098/44768>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CORENZA, Janaína de Azevedo. *Formação inicial de professores: conversas sobre relações raciais e educação*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; FOSTER, Eugénia da Luz Silva. Narrando e refletindo: notas sobre o projeto PET/pedagogia/ relações raciais e educação da Universidade Federal do Amapá. *Raido*, Dourados, MS, v. 15, n. 37, p. 193-209, jan./abr. 2021. ISSN 1984-4018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/13603/8352>. Acesso em: 03 jul. 2022.

DOMINGUES, Luis Antônio Josendes; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação e relações étnico-raciais: reflexões sempre necessárias. In: ROCHA, Wesley Henrique Alves da (org.). *Racismo e antirracismo: reflexões, caminhos e desafios*. 1. ed. Curitiba, PR: Editora Bagai, 2021. *E-book*.

FELDMANN, Marina Graziela Feldmann; NASCIMENTO, Maria Rosemi Araújo. Formação inicial de professores e a formação para a diversidade. *In*: PEREIRA, Alexandre Adalberto; SPOTTI, Carmen Véra Nunes; SILVA, Lúcia Isabel da Conceição (org.). *Educação, diversidades e culturas: entrecruzamentos nas Amazônias*. Curitiba: CRV, 2022.

FERREIRA, Verônica Moraes. *Tensões em torno da questão étnico-racial no currículo de cursos de Pedagogia*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Rev. Filos., Aurora*, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 435-454, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/27991/25100>. Acesso em: 05 set. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática? *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 94, p. 58-73, ago. 1995. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/612.pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.